

Regência de Dom Pedro

Autonomia adquirida pelo Brasil chocava-se com o desejo de recolonização de setores metropolitanos

1820: Revolução Liberal do Porto, personificada na figura de Sebastião Cabreira

Expulsão dos ingleses: instauração da Junta Provisional

Convocação das Cortes Extraordinárias

Constituintes da Nação Portuguesa, que havia sido desativada em 1698

Constituição em Portugal, retorno da Corte real a Portugal e recolonização do Brasil

Dom João VI

Permaneceria no Brasil e enviaria Dom Pedro para Portugal

Seriam convocadas as Cortes Constituintes no Rio de Janeiro por conta das especificidades do Brasil

1821: as tropas portuguesas fizeram Dom João VI jurar a Constituição portuguesa

Mudança no cenário: Dom João VI iria para Portugal, deixando Dom Pedro como príncipe-regente no Brasil – adiar a recolonização; brasileiros seriam eleitos para participar das Cortes em Portugal

Brasil

Oposição à partida de Dom João VI

Açougue dos Bragança: repressão aos eleitores no Rio de Janeiro

As tropas no Brasil eram leais a Portugal

Dom Pedro foi obrigado a jurar a Constituição portuguesa

Decisões das Cortes portuguesas

Imposto adicional na alfândega brasileira: 1% para produtos em barcos lusos, 6% para navios estrangeiros

Mudança das tropas portuguesas no RJ, PE e BA  
Juntas Governativas, ligadas a Portugal, nas províncias brasileiras

Extinção de repartições, tribunais, além da demissão de funcionários, para enfraquecer Dom Pedro

Reações no Brasil

A recolonização era impossível

Setores diversos mobilizaram-se contra as propostas portuguesas

Jornais: Revérbero Constitucional Fluminense, Malagueta, Correio do Rio de Janeiro, O Espelho...

Formação do Partido Brasileiro: José Bonifácio, Cipriano Barata e Gonçalves Ledo

1822

Dia do Fico: 8 mil assinaturas pela permanência de Dom Pedro

Clube da Resistência: lutou para expulsar a Divisão Auxiliadora de Jorge Avilez, contrária ao Fico

Formação do Ministério da Independência, dos Irmãos Andrada

Tropas portuguesas são proibidas de desembarcar no Brasil

Abril: Lei do Cumpra-se

Dom Pedro convoca uma Assembleia Constituinte

Nova ameaça portuguesa em junho

Rompimento em agosto

Grito do Ipiranga em 07 de setembro

Primeiro reinado – 1822-31

Elite – desejo de um governo independente, com traços liberais, sem alteração da estrutura socioeconômica

Manutenção do latifúndio, da monocultura, da exportação e da escravidão

A independência foi o desfecho de um conflito entre as elites coloniais e a tentativa de recolonizar o Brasil

Durante muito tempo, ponderou-se sobre a autonomia relativa do Brasil e a manutenção do vínculo com Portugal

Oposição a independência

Comerciantes e lusitanos, além de algumas províncias eram contra a separação com Portugal

Exemplos – Bahia, Amazonas, Maranhão, Piauí e Grão-Pará

Foram derrotados pela presença de mercenários e milícias civis, organizados por José Bonifácio

Exemplo: Batalha do Pirajá, na Bahia – cerco a Salvador, tomada pela oposição à independência, e morte da madre Joana Angélica que se sacrificou para evitar a invasão do mosteiro e, com isso, salvar os brasileiros ali escondidos

Partido Brasileiro

Formado por conservadores e liberais

Conservadores ou aristocratas: José Bonifácio de Andrada e Silva, Martim Francisco e Antônio Carlos – governo centralizado, monarquia com amplos poderes e com um ministério

Liberais ou democratas: monarquia constitucional ou federalismo, liberdade de expressão e de iniciativa, descentralização administrativa e autonomia provincial

Partido Português

Articulava o retorno do colonialismo

Incentivavam as ações absolutistas de Dom Pedro I

Período anterior a coroação

Ministro José Bonifácio

Agitação política e prejuízo aos liberais – maçonaria fechada, imprensa liberal reprimida

Dezembro de 1822 – coroação de Dom Pedro I

Constituição da mandioca - 1823

Assembleia convocada em junho de 1822, antes da independência, só se reuniu em março de 1823

Início dos trabalhos somente em 03 de maio

Anteprojeto de Antônio Carlos Andrada Bonifácio, apresentado em setembro de 1823; força do Gabinete dos Andradas

Desavenças entre os Andradas e o imperador que demitiu seu ministro, José Bonifácio

Anteprojeto constitucional

Inelegibilidade de estrangeiros

Restrição dos poderes do imperador

Garantia de liberalização da economia

Manutenção da escravidão

Voto censitário

Caráter elitista

Voto censitário

Voto para deputado – rendimento anual equivalente a 150 alqueires de mandioca

Senador, 250 alqueires

Candidatura – 500 ou 1000 alqueires, respectivamente

Medidas agrárias

1 Are (a) → 100 m<sup>2</sup> (um are corresponde a cem metros quadrados)

1 Hectare (ha) → 100 a → 10 000 m<sup>2</sup> (um hectare corresponde a cem ares ou a dez mil metros quadrados)

Alqueire

1 alqueire do Norte → 27 225 m<sup>2</sup> → 2,72 ha

1 alqueire mineiro → 48 400 m<sup>2</sup> → 4,84 ha

1 alqueire paulista → 24 200 m<sup>2</sup> → 2,42 ha

1 alqueire baiano → 96 800 m<sup>2</sup> → 9,68 ha

Dissolução da Assembleia da mandioca

Negação do poder de veto imperial sobre as decisões da Assembleia

11 e 12 de novembro – Assembleia unida

13 de novembro – Noite da Agonia

“Desfile” de Dom Pedro I – portugueses e alguns moleques

Convocação do Conselho de Estado, formado por dez pessoas – elaboração do novo projeto constituinte

Constituição de 1824

Rígida centralização do poder

Monarquia hereditária

Catolicismo como religião oficial

Voto censitário e a descoberto

Tetrapartição de poderes

Divisão dos poderes

Confederação do Equador

Carta outorgada por Dom Pedro I

1824 – ideias liberais, república, federalismo, abolicionismo

Agitações desde 1822 com a destituição da Junta Democrática e Independente que governava a província, por ordem de José Bonifácio, ainda ministro, e substituída por uma junta conservadora, liderada por Francisco Pais Barreto. A população apoiava Pais de Andrade, além de Cipriano Barata e Frei Caneca.

Confederação

2 de julho de 1824 – Pais de Andrade proclama a Confederação do Equador com um manifesto. Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba se unem ao movimento.

República, com a Constituição da Colômbia.

Rompimento entre a aristocracia rural – abolição do tráfico negro.

Mercenários, Cochrane e Taylor, e o brigadeiro

Francisco de Lima e Silva derrotam o movimento.

Pais de Andrade foge e Frei Caneca executado, em 1825.

Reconhecimento externo

Doutrina Monroe (EUA) - apoio

Santa Aliança – contrária

Repúblicas americanas – contrárias pela manutenção da monarquia

1825 – reconhecimento português: Tratados de Paz e Amizade\*

1827 – Inglaterra; termo de fim do tráfico negro em 1830

Tratado de Paz e Amizade

Negociações conduzidas pelo embaixador inglês

Sir Charles Stuart

Separação Portugal e Brasil

Dom João VI como imperador honorário do Brasil

Taxas alfandegárias de 15% para produtos portugueses e brasileiros

Indenização de 2 milhões de libras esterlinas para Portugal

Declínio

Decadência econômica devido a concorrência externa – beterraba contra a cana; queda das exportações de arroz, algodão e couro

Altos juros pagos à Inglaterra, baixa tarifa alfandegária e altos impostos internos

Questão Cisplatina – 1825, Lavalleja declara a região incorporada à Argentina; em 1828, a região de torna independente com a intermediação inglesa, sob o nome de República Oriental do Uruguai

1826: deputados liberais moderados exigiram maiores poderes para o Legislativo, controlado pela aristocracia rural; já os liberais exaltados exigiam descentralização política e autonomia provincial e até a adoção da república. Somente os senadores estavam ao lado do imperador por terem sido escolhidos por ele.

O papel dos pasquins influenciou na abdicação de Dom Pedro I; em 1830, eram mais de 65 pasquins. Pasquins: A Astréia, de Vieira Souto; Aurora Fluminense, de Evaristo da Veiga. Destaque para Líbero Badaró: O Observador Constitucional, O Tribuna do Povo e A Nova Luz Brasileira

Portugal

Morte de Dom João VI, em 1826

Abdicação em nome de Maria da Glória

Outorgou uma Constituição para Portugal e nomeou uma regência que governaria Portugal

até que Dom Miguel se casasse com Maria da Glória, que seria então Dona Maria II

Golpe em Portugal – Dom Miguel aclamado rei de

No Brasil, afirmava-se que eram governados pelo Chalaça, Francisco Gomes da Silva, amigo de Dom Pedro I

Abdicação

1829: falência do Banco do Brasil

Nomeação de um gabinete mais liberal sob a liderança do Marquês de Barbacena

1830: queda de Carlos X, na França, e fim do gabinete liberal no Brasil

Oposição e críticas no Brasil – assassinato de Líbero Badaró, em 20 de novembro de 1830, nos distúrbios em São Paulo

Viagem até Minas Gerais, em janeiro de 1831 – oposição e luto por Líbero Badaró

12 de março de 1831 – festa organizada pela sociedade secreta e absolutista Colunas do Trono – Noite das Garrafadas (11 a 13 de março)

Manifesto por reformas redigido por Evaristo da Veiga, na residência do deputado José Custódio Dias

Ministério dos Brasileiros – caráter liberal; limitações ao poder imperial e recusa em reprimir os movimentos populares; depostos no dia 5 de abril

Ministério dos Marqueses ou dos Portugueses – fúria popular

Concentração no Campo da Aclamação, atual Campo de Santana

7 de abril de 1831 – abdicação de Dom Pedro I em nome de seu filho Pedro de Alcântara, com cinco anos de idade, sob a tutela de José Bonifácio

## Exercícios:

### 1. (UFES)

"Confederação do Equador: Manifesto Revolucionário:

Brasileiros do Norte! Pedro de Alcântara, filho de D. João VI, rei de Portugal, a quem vós, após uma estúpida condescendência com os Brasileiros do Sul, aclamastes vosso imperador, quer descaradamente escravizar-vos. Que desaforado atrevimento de um europeu no Brasil. Acaso pensará esse estrangeiro ingrato e sem costumes que tem algum direito à Coroa, por descender da casa de Bragança na Europa, de quem já somos independentes de fato e de direito? Não há delírio igual (...)" (Ulysses de Carvalho Brandão. A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR. Pernambuco: Publicações Oficiais, 1924).

O texto dos Confederados de 1824 revela um momento de insatisfação política contra a:

- extinção do Poder Legislativo pela Constituição de 1824 e sua substituição pelo Poder Moderador.
- mudança do sistema eleitoral na Constituição de 1824, que vedava aos brasileiros o direito de se candidatar ao Parlamento, o que só era possível aos portugueses.
- atitude absolutista de D. Pedro I, ao dissolver a Constituinte de 1823 e outorgar uma Constituição que conferia amplos poderes ao Imperador.
- liberalização do sistema de mão de obra nas disposições constitucionais, por pressão do grupo português, que já não detinha o controle das grandes fazendas e da produção de açúcar.
- restrição às vantagens do comércio do açúcar pelo reforço do monopólio português e aumento dos tributos contidos na Carta Constitucional.

2. Sobre o processo de Independência deflagrado no Brasil em 1822, que implementou o Primeiro Reinado, é possível dizer que:

- Dom Pedro antecipou-se à estratégia de seu irmão, D. Miguel, que também queria ser imperador do Brasil.
- foi um processo deflagrado no Brasil após a morte de D. João VI.

c) foi um processo coordenado pelos revolucionários latino-americanos, como Bartolomé Mitre e Simon Bolívar.

d) foi um processo articulado por Napoleão Bonaparte, que fugiu da ilha de Santa Helena para o Brasil em 1819.

e) foi um reflexo da Revolução Liberal do Porto (1820), que exigiu o retorno de D. João VI para Portugal.

### 3. (Mackenzie)

O episódio conhecido como "A Noite das Garrafadas", briga entre portugueses e brasileiros, relaciona-se com:

- a promulgação da Constituição da Mandioca pela Assembleia Constituinte.
- a instituição da Tarifa Alves Branco, que aumentava as taxas de alfândega, acirrando as disputas entre portugueses e brasileiros.
- o descontentamento da população do Rio de Janeiro contra as medidas saneadoras de Oswaldo Cruz.
- a manifestação dos brasileiros contra os portugueses ligados à sociedade "Colunas do Trono" que apoiavam Dom Pedro I.
- a vinda da Corte Portuguesa e o confisco de propriedades residenciais para alojá-la no Brasil.

4. Entre as causas da abdicção do trono por parte de D. Pedro I, está:

- a União Ibérica, entre Portugal e Espanha.
- revoltas locais, como Revolução Farroupilha.
- a crise financeira de 1829, que ocasionou o fechamento do Banco do Brasil.
- a crise de legitimidade pelo não uso do Poder Moderador.
- o processo de Impeachment protocolado por senadores da época.

### 5. (UNIFOR/CE)

Termos da abdicção de Dom Pedro I:

Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei muito voluntariamente abdicado na pessoa do meu mui amado e prezado filho o Sr. Pedro de Alcântara. Boa Vista – 7 de abril de 1831, décimo de Independência e do Império – D. Pedro

I. Antônio Mendes Jr. Et al. Brasil-História, Texto e Consulta. Império. São Paulo: Brasiliense, 1977. p. 200.

Os fatos que conduziram à abdicação foram:

- a) repressão aos revolucionários da Confederação do Equador, incorporação da Guiana Francesa e outorga da Constituição;
- b) favorecimento aos comerciantes brasileiros em detrimento dos portugueses, dívida externa elevada com a Guerra da Cisplatina e falência do Banco do Brasil;
- c) repressão aos revolucionários da Confederação do Equador, perda da Província Cisplatina e falência do Banco do Brasil;
- d) perda da província Cisplatina, dissolução da Assembleia Constituinte e punição exemplar aos pistoleiros que executaram o jornalista Líbero Badaró;
- e) controle das finanças nacionais, respeito aos constituintes que elaboraram a primeira constituição e favorecimento aos comerciantes brasileiros.

### **Gabarito:**

1. Alternativa C. O movimento explodiu após a Constituição outorgada por Dom Pedro I, em 1824.
2. Alternativa E. O retorno de Dom João VI a Portugal aumentou o receio do retorno do pacto colonial ao Brasil e estimulou o processo de independência do Brasil.
3. Alternativa D. A festa para o retorno de Dom Pedro I ao Rio de Janeiro após a desastrosa viagem às Minas Gerais foi organizada pelo grupo conservador, Colunas do Trono.
4. Alternativa C. A crise econômica de 1829, além das atenções de Dom Pedro I voltadas a Portugal, foi um dos elementos decisivos para a sua abdicação em abril de 1831.

5. Alternativa C. Apresenta os fatos corretos que podem ser apontados como responsáveis pela abdicação de Dom Pedro I.